

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal de Brasília Class.: CIMI 726

Data 25/07/93 Pg.: \_\_\_\_\_

### Cimi faz 21 anos e demarcação ainda é prioridade

ZENAIDE AZEREDO

A luta pela demarcação das terras indígenas e a procura de soluções para garantir a sobrevivência dos índios e seus valores culturais, sobretudo os religiosos, serão os principais temas da agenda de trabalho que, cerca de 120 missionários do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), discutirão na Assembleia Geral que se inicia amanhã, em Goiânia.

Além do balanço dos 21 anos de existência do Cimi, um órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Assembleia do órgão vai tentar traçar novas perspectivas de luta do órgão, criado durante a ditadura militar (1972), com a finalidade de impedir "o extermínio programado dos índios, então em curso". A afirmação foi feita pelo secretário do Cimi, Gunther Francisco Loebens, para quem, "ultrapassada a fase de genocídio decorrente da desprogramada corrida desenvolvimentista para a Amazônia", outras preocupações movimentam o mundo mis-

sionário. "Uma delas é a demarcação das terras indígenas, uma constante no nosso trabalho. Mas o que nos inquieta, no momento, é a busca de soluções para garantir a sobrevivência dos índios, diante da dificuldade de se conseguir um equilíbrio entre a economia de mercado e a economia indígena". Em outras palavras, segundo Loebens, a questão atual é garantir a sobrevivência dos índios, pois várias das soluções tentadas pelos missionários não deram certo, como ocorreu com as roças comunitárias. Predominando o estilo de economia familiar, a partilha da colheita nessas roças era motivo de descontentamento por parte de algumas famílias que acabavam se sentindo prejudicadas. A criação de cabras, tentada também por alguns missionários que trabalham com índios do Nordeste, nunca chegou a ser assumida inteiramente pelas comunidades, que não consideravam os animais como propriedade indígena.

**Terras** — Além da questão da sobrevivência, a demarcação das terras indígenas, prevista para ser en-

cerrada no dia 5 de outubro, é outro motivo de preocupação do Cimi. Das 519 áreas para serem regularizadas, segundo Loebens, apenas 164 encontram-se homologadas. Nada menos que 19 processos de áreas a serem identificadas estão no Ministério da Justiça, aguardando apenas a assinatura do ministro Maurício Corrêa.

O Cimi não concorda com a tese defendida por alguns setores governamentais ou do Legislativo, segundo a qual os povos indígenas possuem muita terra. "Os índios ocupam apenas 10,53% do território nacional, enquanto latifúndios dominam 48,58% da superfície do Brasil; 30,05% das terras do País não são cadastradas pelo Incra e 21,72% das terras aproveitáveis não são exploradas", informou. Isso totaliza 400 milhões de hectares de terras que podem ser objeto de reforma agrária ou de projetos de desenvolvimento, sem que seja preciso invadir ou reduzir territórios indígenas", disse o secretário do Cimi.



Gunther diz que a sobrevivência do índio continua sendo uma luta preocupante